Simulado Preparatório para o Concurso do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (15ª Região)

Cargo: Técnico Judiciário Área Administrativa

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 04h
- ✓ Banca Organizadora: FCC
- ✓ Número de Questões: 60
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo

- ➢ Língua Portuguesa
- ➢ Regimento Interno
- ➢ Noções Dir. Deficiência
- ➢ Raciocínio-Lógico-Matemático
- ➢ Conhecimentos Específicos
- ➢ Proposta de Redação

Importante

O simulado é feito com muita atenção e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Curta nossa página no Facebook para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Técnico Judiciário tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Entre suas funções está a de: prestar apoio técnico e administrativo pertinente às atribuições das unidades organizacionais; executar tarefas de apoio à atividade judiciária.

Ele também arquiva documentos; efetua tarefas relacionadas à movimentação e à guarda de processos e documentos; além de atender ao público interno e externo dos tribunais.

A remuneração inicial do cargo considerando todos os benefícios será de **R$ 6.708,53 + Benefícios**.

Bom Simulado!

SimuladosBR

Língua Portuguesa

Um estudo publicado por um instituto de pesquisas indica que o debate político nas redes sociais mobiliza paixões, mas, na prática, resulta em quase nenhum entendimento, porque o ambiente virtual convida ao confronto irracional e à manutenção irredutível de opiniões − o que é a negação da política. O estudo evidencia que o melhor da política, entendida como a atividade por meio da qual se convence o outro a aderir a determinado ponto de vista, manifesta-se em sua plenitude principalmente no contato pessoal, olho no olho, situação em que os argumentos tendem a prevalecer aos punhos.

A pesquisa em questão foi feita nos Estados Unidos, mas pode-se presumir que seus resultados sirvam para o cenário brasileiro. Lá como cá, não é incomum que amigos rompam relacionamentos em razão da defesa de posições conflitantes.

De acordo com o instituto, 59% dos entrevistados disseram que as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes nas redes sociais costumam ser “estressantes” – porque envolvem linguagem ofensiva e porque, muitas vezes, representam a possibilidade de ruptura com pessoas conhecidas − e “frustrantes” − uma vez que o outro lado não apresenta nenhuma disposição de ceder e não se extrai da conversa nada que se possa considerar aceitável para reflexão. Para 84%, as pessoas dizem nas redes sociais coisas que provavelmente não diriam numa discussão política travada numa conversa pessoal.

Para não perder os amigos por conta das paixões políticas, a maioria dos usuários das redes sociais diz que quando conhecidos postam comentários políticos dos quais discordam é melhor ignorá-los a alimentar uma discussão que, no mais das vezes, resulta em tensão.

Não obstante, um em cada cinco entrevistados que revelaram maior gosto pelo envolvimento político disse interagir nas redes sociais para defender seus pontos de vista, e um terço deles entende que a internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate.

Logo, não se trata de descartar as redes sociais como lugar para o debate político, pois é evidente que, especialmente entre os mais jovens, a interação virtual tornou-se a principal forma de comunicação. No entanto, por ora o que se tem não pode ser classificado de debate, mas de guerra.

01) Atente para as afirmações abaixo.

I. Depreende-se do texto que as discussões políticas nas redes sociais caracterizam-se por serem menos respeitosas do que em outras circunstâncias e são, para a maioria, inúteis quando se trata de atingir alguma resolução entre opiniões divergentes.

II. Na opinião do autor, as redes sociais, por propiciarem a difamação, não são o local apropriado para o debate político, que só é profícuo quando travado pessoalmente.

III. Por suas características, o texto pode ser corretamente classificado como uma crônica, uma vez que se apresenta uma narrativa informal, ligada à vida cotidiana, com linguagem coloquial.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.
b) I e II.
c) I e III.
d) II e III.
e) II.

02) No texto, a *negação da política* configura-se como a

a) conversa pessoal.
b) possibilidade de ruptura com pessoas conhecidas.
c) manutenção irredutível de opiniões.

d) inclusão de novas vozes no debate.
e) defesa de posições conflitantes.

03) Respeitadas as regras de concordância, o verbo que também pode ser corretamente flexionado em uma forma do plural está em:

a) ... o debate político nas redes sociais mobiliza paixões...
b) ... a maioria dos usuários das redes sociais diz que...
c) Um estudo publicado por um instituto de pesquisas indica que...
d) ... um em cada cinco entrevistados [...] disse...
e) ... as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes...

04) Sem prejuízo da correção e do sentido, os termos Logo e No entanto (último parágrafo) podem ser substituídos, respectivamente, por:

a) Assim – Já que
b) Pois – Por isso
c) Por conseguinte – Todavia
d) Já que – Contudo
e) Contudo – Conquanto

05) Identifica-se noção de finalidade em:

a) ... pois é evidente que, especialmente entre os mais jovens...
b) ... mas pode-se presumir que seus resultados sirvam para o cenário brasileiro.
c) ... porque envolvem linguagem ofensiva...
d) ... quando conhecidos postam comentários políticos...
e) Para não perder os amigos por conta das paixões políticas...

06) ... que amigos rompam relacionamentos em razão da defesa de posições conflitantes.

O verbo empregado com o mesmo tipo de complemento que o da frase acima está em:

a) ... que as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes nas redes sociais...
b) ... comentários políticos dos quais discordam...
c) ... mas, na prática, resulta em quase nenhum entendimento...
d) ... o que é a negação da política.
e) ... porque o ambiente virtual convida ao confronto irracional e à manutenção irredutível de opiniões...

07) Uma redação alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

a) Muito embora as interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais são classificadas como estressantes e frustrantes, envolvem certo grau de agressividade e nada de profícuo para a reflexão é extraído da conversa.

b) Considera-se estressantes e frustrantes as interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais, que envolvem certo grau de agressividade, além de nada de profícuo para a reflexão ser extraído da conversa.

c) As interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais são consideradas estressantes, por envolverem certo grau de agressividade, e frustrantes, na medida em que nada de profícuo para a reflexão deriva da conversa.

d) As interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais, conquanto consideradas estressantes ao envolverem certo grau de agressividade, e frustrantes, uma vez que não extrai-se nada de útil para a reflexão da conversa.

e) Opiniões divergentes nas redes sociais, envolvendo certo grau de agressividade na interação, que estressa e frustra, uma vez que, além disso, não se extrai da conversa nada de profícuo para a reflexão.

08) ***Não obstante, um em cada cinco entrevistados que revelaram maior gosto pelo envolvimento político disse interagir nas redes sociais para defender seus pontos de vista, e um terço deles entende***

***que a internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate*. (5º parágrafo)**

Considere as afirmações abaixo a respeito da frase em destaque.

I. Sem prejuízo do sentido, o segmento que *revelaram maior gosto pelo envolvimento político* pode ser isolado por vírgulas.

II. A locução que inicia a frase indica restrição ao que se afirmou anteriormente.

III. O segmento a *internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate* está corretamente reescrito do seguinte modo: a inclusão de novas vozes são possibilitadas no debate pela internet.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.
b) II.
c) I e III.
d) II e III.
e) III.

09) A frase redigida com correção e clareza encontra-se em:

a) Embora discussões acaloradas nas redes sociais ocasionalmente causem conflitos entre amigos, muitos creem que devam ser incentivadas, pois estimulam a troca de ideias e a reflexão a respeito de assuntos diversos.

b) Alguns usuários de redes sociais afirmam que usam ferramentas para restringir comentários ou, em uma situação mais séria, chega até mesmo a bloquear um amigo que, em sua visão está sendo ofensivo.

c) Para um número significativo de usuários, a internet estimula as pessoas a se interessar apenas pela discussão de um tema que lhe dizem respeito ou do qual tenham interesse individual.

d) Tratam-se apenas das minorias dos usuários, de formas de comunicação, na internet que afirmam ter outra visão política acerca de determinado assunto em função do que leram nas redes sociais.

e) Interessa menos o motivo porque as redes sociais se converteram num verdadeiro campo de batalha, enquanto que a razão e o exercício da discussão saudável não é estimulado de modo a se ter um legítimo confronto de ideias.

10) Assinale a alternativa correta:

Gabriel Garcia Marques cresceu em meio _____ plantações de banana de Arataca, situada _____ poucos quilômetros do vilarejo de Macondo, que ele se dedicou _____ retratar na obra Cem anos de solidão.

Preencha corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

a) às - a - a
b) às - à - à
c) as - a - à
d) as - à - a
e) as - à – à

<u>Regimento Interno</u>

11) Acerca das disposições preliminares previstas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) o Tribunal Regional do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho da 15ª Região

b) Após instalada a Vara, o Tribunal não poderá alterar e estabelecer nova jurisdição, bem como transferir a sede de um Município para outro.

c) As varas de trabalho têm sede e jurisdição fixadas em lei e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal.

d) Os juízes do Trabalho são órgão da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

e) O Tribunal Regional do Trabalho 15ª tem sua sede em Campinas, Estado de São Paulo.

12) Com base no Capítulo da Organização do Tribunal elencado no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é correto afirmar quanto a sua composição que:

a) o tribunal é composto por 55 (cinquenta e cinco) Desembargadores do Trabalho nomeados pelo Governador do Estado de São Paulo

b) o tribunal é composto por 50 (cinquenta) Juízes do Trabalho nomeados pelo Prefeito da cidade de Campinas.

c) o tribunal é composto por 50 (cinquenta) Desembargadores do Trabalho nomeados pelo Presidente da República.

d) o tribunal é composto por 55 (cinquenta e cinco) Desembargadores do Trabalho nomeados pelo Presidente da República.

e) o tribunal é composto por 55 (cinquenta e cinco) Juízes do Trabalho nomeados pelo Governador do Estado de São Paulo.

13) O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal. No caso de impedimento do Presidente para dirigir as sessões do Tribunal Pleno será esta dirigira sucessivamente pelo:

a) Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional ou pelo Desembargador mais antigo e elegível, em exercício.

b) Vice-Presidente Judicial, Vice-Presidente Administrativo, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional ou pelo Desembargador mais antigo e elegível, em exercício

c) Vice-Presidente Judicial, Vice-Presidente Administrativo, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional ou pelo Desembargador mais idoso e elegível, em exercício

d) Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional ou pelo Desembargador mais idoso e elegível, em exercício

e) Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, ou pelo Desembargador mais idoso e elegível, em exercício

14) Quanto aos Serviços Administrativos consoante ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região assinale a alternativa INCORRETA

a) Os servidores da Justiça do Trabalho da 15ª Região cumprirão quarenta horas de trabalho semanal, sob controle de frequência e horário.
b) Cada Desembargador disporá de um Gabinete, incumbido de executar os serviços administrativos e de assessoramento jurídico
c) Os servidores do Gabinete, de estrita confiança do Desembargador, serão por este indicados ao Corregedor, que os designará para nele terem exercício.
d) O horário do pessoal do Gabinete, observadas a duração legal e as peculiaridades do serviço, será o estabelecido pelo Desembargador.
e) No caso dos servidores lotados nos Gabinetes dos Desembargadores do Trabalho, a instauração de processo administrativo só se fará mediante representação destes.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

15) De acordo com previsão expressa do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência NÃO afeta a plena capacidade civil da pessoa, para

a) casar-se e constituir união estável ou para exercer o direito à adoção.

b) conservar sua fertilidade ou para outorgar procuração.

c) exercer direito à adoção ou para outorgar procuração.

d) casar-se e constituir união estável ou para firmar contrato.

e) exercer seu direito reprodutivo ou para dispor em testamento.

16) A Lei Federal n° 7.853/1989, que dispôs sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, dentre outros aspectos, previu como crime:

a) Cobrar valores adicionais para inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.
b) Negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência, exceto se a natureza do cargo assim justificar.
c) Deixar de cumprir ordem judicial ou administrativa expedida na ação civil prevista pela Lei n° 7.853/1989.
d) Cometer ato discriminatório contra pessoa com deficiência que seja menor de 18 anos e maior de 65 anos de idade.
e) Deixar de socorrer pessoa com deficiência que não consiga, por meios próprios, solicitar socorro médico ou paramédico.

Raciocínio Lógico

17) Em cada rodada de um jogo de dardos, cada participante pode receber 0, 3, 6 ou 10 pontos, dependendo da região do alvo que consegue acertar. Depois de cinco rodadas, as pontuações recebidas por um jogador são somadas, determinando a sua pontuação final. Dentre os valores abaixo, o único que pode representar a pontuação final de um participante desse jogo de dardos é

a) 37.
b) 42.
c) 45
d) 49.
e) 53.

18) Foi realizada uma pesquisa junto aos clientes de um determinado shopping center. As afirmações abaixo foram recolhidas a partir da fala de alguns desses clientes:

I. Quando os preços são altos, as lojas têm boa reputação.

II. Sempre que os produtos são de boa qualidade, os preços são altos.

III. Há lojas com produtos de boa qualidade, mas com atendimento ruim.

IV. Sempre que as lojas são bem decoradas, elas têm bom atendimento.

V. As lojas com boa reputação são sempre bem decoradas.

A afirmação que está em contradição com o conjunto das demais é a

a) I.
b) V.
c) III.
d) IV.
e) II.

19) O presidente de uma empresa resolveu premiar os três vendedores mais eficientes do ano com a quantia de R$ 13.500,00 que será distribuída de forma diretamente proporcional ao número de pontos obtidos por cada um na avaliação do ano. O vencedor, com 45 pontos, recebeu R$ 6.750,00, e o número de pontos do segundo colocado foi igual a 27. O número de pontos a menos que o terceiro colocado conseguiu em relação ao segundo colocado foi

a) 12
b) 8
c) 11
d) 10
e) 9

20) Em um caminho há 21 caixas dispostas em uma linha reta. Cada caixa está a 10 metros de distância da caixa seguinte. Partindo de uma caixa em um dos extremos dessa linha reta, Roberto tem a tarefa de levar todas as caixas até a posição em que está a caixa do meio. Se Roberto transportar apenas uma caixa de cada vez, e evitar percursos desnecessários, a distância percorrida por ele ao concluir a tarefa, em metros, será igual a

a) 2.200.
b) 1.900.
c) 1.800.
d) 2.000.
e) 2.100.

Noções de Administração Geral e Pública

21) Suponha que determinada organização esteja no curso de um processo de planejamento estratégico, utilizando, como metodologia, o *Balanced Scorecard* − BSC e se situe na etapa de diagnóstico institucional, realizando, assim, análise interna e também do ambiente externo, significando que, em tal momento

a) está sendo definida a missão da organização, que corresponde, de um lado, à sua razão de ser e, de outro, aos seus objetivos futuros.
b) estão sendo identificados, de um lado, os valores da organização e, de outro, os cenários com os quais deve se defrontar.
c) são identificados os pontos fortes e fracos da organização, bem como as ameaças e oportunidades.
d) está sendo estruturado o mapa estratégico da organização, que engloba sua visão de futuro e as variáveis estratégicas.
e) são definidas as melhores práticas de gestão com base em experiências de sucesso de outras organizações tidas como benchmarking.

22) Uma das etapas relevantes do planejamento estratégico é o diagnóstico institucional ou estratégico, que, por seu turno, comporta uma análise interna e uma análise externa:

I. a primeira, restrita e controlável, identifica os pontos fortes e fracos da organização.

II. a segunda, ampla, identifica as ameaças e oportunidades.

III. ambos, conjugadas, conduzem à identificação da missão e da visão da instituição.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e III.
b) III.
c) II.
d) I.
e) I e II.

23) A dissonância cognitiva ocorre quando

a) duas percepções relevantes entre si estão em conflito.
b) três percepções de baixa relevância se mantêm frustradas.
c) três percepções de baixa relevância se mantêm racionalizadas.
d) há equilíbrio entre as percepções de baixa e alta relevância.
e) há ausência de conflito entre as percepções de alta e baixa relevâncias.

24) Um marco importante no contexto evolutivo da Administração pública no Brasil foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, levado a cabo a partir de meados dos anos 1990 pelo então Ministro Bresser Pereira. O modelo de atuação do Estado, preconizado pela referida reforma, contempla, entre suas premissas,

a) explorar de forma direta atividades econômicas, como indutor do crescimento fiscal.
b) adotar o modelo desenvolvimentista, por intermédio da denominada publicização.
c) atuar mais fortemente nas atividades de fomento, regulação e controle.

d) estabelecer parcerias com as entidades do terceiro setor, para a privatização de setores como saúde e educação.
e) implantar o modelo gerencial, que preconiza maior centralização das atividades pela União.

25) Gestão estratégica por competências implica

a) mapear as competências técnicas dos funcionários e realocar cada um de acordo com sua especialização.
b) focar o planejamento estratégico da organização na melhoria do comportamento dos funcionários frente aos desafios da globalização.
c) integrar ao planejamento da organização os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias à realização das suas metas.
d) adequar a política de remuneração da organização ao nível de competência formal dos funcionários, de acordo com o mercado.
e) incorporar ao planejamento estratégico da organização as competências das organizações parceiras com foco na missão principal.

26) Considere que uma determinada empresa faça questão de ostentar, nas suas instalações físicas, nos veículos e nos uniformes dos empregados, a representação gráfica de sua marca, na forma de um trevo de quatro folhas, sendo, assim, reconhecida pelos seus clientes, fornecedores e pela sociedade em geral. Essa circunstância

a) integra a camada mais profunda da cultura organizacional, sendo a representação externa dos valores da organização.
b) não pode ser considerada como aspecto da cultura organizacional, dado seu caráter superficial.
c) representa um dos aspectos reforçadores da cultura, denominado rito de confirmação.
d) não está atrelado à cultura organizacional, porém, pela sua representatividade, influencia o clima organizacional.
e) insere-se na cultura organizacional da empresa, como artefatos observáveis.

Orçamento Público

27) Entre os princípios orçamentários podemos destacar o da especificação, também conhecido como da especialidade ou discriminação, o qual, entre outros efeitos, enseja a

a) proibição de dotações para despesas de pessoal sem a correspondente vinculação à dotação de investimento a que está referenciada.
b) obrigatoriedade de fixar a receita para o exercício a que se refere sem estimativas fundadas em projeções econômicas.
c) vedação a autorizações de despesa genéricas, exigindo a discriminação, ao menos, por elementos.
d) necessidade do claro estabelecimento, na Lei Orçamentária Anual, das metas fiscais para o quadriênio em curso.
e) vedação a previsão de receitas de caráter extraordinário, como alienação de ativos e operações de crédito.

28) A Constituição Federal, ao tratar dos projetos de lei para os instrumentos de planejamento orçamentário, estabelece que devem ser apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional. Essa norma constitucional abrange, expressamente, a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e os projetos de lei referentes a

a) restos a pagar.
b) gastos com assistência social.
c) créditos adicionais.
d) suprimento de fundos.
e) dívida ativa.

29) Em relação aos créditos orçamentários adicionais, é correto afirmar que

a) os créditos especiais e extraordinários terão vigência unicamente no exercício financeiro em que se der a sua autorização, salvo se esta ocorrer nos últimos quatro meses desse exercício.
b) o crédito especial destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente e está

condicionado à existência de excesso de arrecadação para financiá-lo.
c) o crédito suplementar destina-se a financiar despesas para as quais não haja previsão de recursos na dotação orçamentária específica e independe de prévia existência de recursos para suportá-lo.
d) é admitida a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes para financiá-lo.
e) uma das fontes de seu financiamento é o superávit financeiro, que consiste na diferença positiva entre o ativo permanente e o passivo permanente do balanço patrimonial do ente público no exercício anterior.

30) Em uma situação hipotética, um TRT realizou despesas no exercício de 2017, mas que não foram pagas até 31 de dezembro desse mesmo ano. Essas despesas devem ser classificadas contabilmente nos balanços de 2017 como

a) dívida ativa.
b) restos a pagar.
c) antecipação da receita orçamentária.
d) postergação da despesa orçamentária.
e) operação de crédito atípica

31) Considere:

I. As despesas devem estar expressamente definidas em lei.

II. Consiste na entrega de numerário a servidor.

III. O empenhamento pode ser prévio ou a posteriori, se a despesa for urgente.

IV. Destinado a casos que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação.

V. Cada responsável pode receber, no máximo, dois adiantamentos concomitantes.

Nos termos da Lei nº 4.320/64, são regras afetas ao regime de adiantamento o que consta APENAS em

a) I, II, III e IV.
b) I, II, III e V.
c) I, II, IV e V.
d) I, III, IV e V.
e) II, III, IV e V.

Direito Constitucional

32) A República Federativa Brasileira tem como fundamento ou característica, dentre outras,

a) ser constituída em Estado unitário, centralizado na União, com delegação de competências a Estados e Municípios.
b) a separação de poderes, seja como forma de garantir a proteção das liberdades individuais contra os excessos da concentração de poderes no governante, quanto como forma de expressão da divisão de tarefas estatais.
c) a separação de poderes, como forma de controle recíproco entre as três funções precípuas do Estado, a fim de obstar que um poder cumule atribuições típicas de outro.
d) Federalismo de cooperação, estabelecendo-se hierarquia baseada na prevalência de interesses pela extensão de abrangência territorial, de modo a União figurar em primeiro plano, seguida dos Estados e Distrito Federal e, após, pelos Municípios, que detém a menor porção territorial.
e) a democracia liberal, com plena liberdade de iniciativa e ausência de regulação estatal ou interferência na esfera individual dos particulares, permitindo a livre concorrência e plena atuação dos três poderes estatais.

33) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização da previdência social se dá sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Em termos de Regime Geral de Previdência Social,

a) a aposentadoria por idade será de 75 anos, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, tanto para trabalhadores urbanos e rurais, por força do princípio constitucional da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
b) é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração pública e na atividade privada, rural e urbana, para efeito de aposentadoria, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
c) o tempo de contribuição exigido para aposentadoria no Regime Geral de Previdência para os professores de educação infantil, ensinos fundamental e médio, em qualquer hipótese, ficará reduzido em 5 anos.
d) não é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência, com base no princípio constitucional da universalidade.
e) é vedada, em qualquer hipótese, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, em observância ao princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio.

34) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO se enquadram como servidores públicos os

a) empregados das fundações públicas.
b) ocupantes de cargos efetivos dos Ministérios.
c) empregados das sociedades de economia mista.
d) ocupantes de cargos em comissão da União.
e) empregados das autarquias.

35) No curso do processo de separação judicial de um casal, o cônjuge "A" alegou que foi vítima de atos de infidelidade conjugal durante o casamento, motivo pelo qual, segundo ele, o cônjuge "B" não teria idoneidade moral para obter a guarda dos filhos do casal. "B", por sua vez, alegou que "A" teria sido acometido por doença psiquiátrica que o impedia de zelar pelos filhos menores de idade e, portanto, de obter a guarda das crianças. Antes de realizar a audiência em que seriam ouvidas testemunhas indicadas pelas partes, o juiz impediu que os genitores de ambos os cônjuges ingressassem na sala em que seria praticado o ato, tendo restringido a entrada no recinto às partes e aos seus advogados, dizendo assim ter decidido com fundamento na lei processual. Considerando as garantias constitucionais do processo, a decisão judicial mostra-se

a) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito ao devido processo legal.
b) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito de ingresso em locais abertos ao público.
c) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito de acesso à informação e a liberdade de reunião.
d) incompatível com a Constituição Federal, por violar a norma segundo a qual todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos.
e) compatível com a Constituição Federal.

36) Prevê a Constituição da República Federativa do Brasil que compete privativamente à União legislar, dentre outras matérias, sobre

a) sistemas de consórcios e sorteios.
b) direito tributário, financeiro e econômico.
c) proteção ao patrimônio histórico e cultural.
d) educação, cultura, ensino e desporto.
e) proteção à infância e à juventude.

37) Considerando as normas constitucionais que garantem o direito à igualdade, é INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a edição de lei que estabeleça

a) incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.

b) idade mínima da mulher inferior à idade mínima do homem, como requisito para aquisição da aposentadoria voluntária por servidor público titular de cargo efetivo.
c) prestação alternativa a ser cumprida pelo indivíduo que recusar-se, por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, a cumprir obrigação legal a todos imposta.
d) o direito à gratuidade do habeas corpus e do habeas data apenas aos reconhecidamente pobres.
e) que a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

Direito Administrativo

38) Os princípios que regem a Administração pública

a) são aqueles que constam expressamente do texto legal, não se reconhecendo princípios implícitos, aplicando-se tanto à Administração direta quanto à indireta.
b) podem ser expressos ou implícitos, os primeiros aplicando-se prioritariamente em relação aos segundos, ambos se dirigindo apenas à Administração direta.
c) são prevalentes em relação às leis que regem a Administração pública, em razão de seu conteúdo ser mais relevante.
d) dirigem-se indistintamente à Administração direta e às autarquias, aplicando-se seja quando forem expressos, seja quando implícitos.
e) aplicam-se à Administração direta, indireta e aos contratados em regular licitação, seja quando forem expressos, seja quando implícitos.

39) O Governo do Estado pretende instituir uma entidade dedicada a prestar serviços relacionados ao turismo no Estado e encaminha à Assembleia Legislativa o respectivo projeto de lei autorizativa. Sabe-se que tal entidade terá capital social dividido em quotas. O Governo estadual criará uma

a) sociedade de economia mista.
b) autarquia.
c) fundação de direito privado.
d) associação pública.
e) empresa pública.

40) A Administração pública desempenha suas atividades por meio dos diversos órgãos instituídos para essa finalidade, sendo também forma de distribuição de competências a

a) desconcentração, que pressupõe a criação de pessoas jurídicas com competências próprias, que passam a integrar a chamada Administração indireta.
b) descentralização, por meio da qual os órgãos administrativos se compõem, constituindo pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público, para que possam prestar, de forma autônoma, as diversas atribuições estatais.
c) instituição de pessoas jurídicas, com personalidade jurídica de direito público, que compõem a chamada Administração indireta, tais como autarquias, sociedades de economia mista, consórcios públicos e fundações.
d) instituição de pessoas jurídicas de direito público, como autarquias, bem como de direito público privado, como empresas públicas e sociedades de economia mista, como expressão da descentralização.
e) nomeação de servidores e empregados para funções de confiança, em substituição aos agentes públicos originalmente eleitos para as funções administrativas.

41) Durante um procedimento de licitação no âmbito de um determinado município, um dos participantes do certame impugnou a decisão que habilitou os licitantes, aduzindo que um deles não preencheria os requisitos constantes do edital para tanto. A apreciação do recurso decidiu pelo indeferimento do pleito, ensejando o prosseguimento do procedimento de licitação. O Prefeito discordou da decisão da comissão de licitação e reverteu o ato,

acolhendo o novo recurso do licitante. A conduta do Prefeito

a) é expressão de seu poder hierárquico, que se sobrepõe a todos os atos praticados pelos seus subordinados, independentemente de se tratar de competência privativa ou exclusiva dos mesmos.
b) equivale a análise de recurso hierárquico impróprio, que dispensa previsão legal e autoriza a revisão de decisão de seus subordinados, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado.
c) excedeu seu poder normativo, na medida em que a decisão consiste, em verdade, em ato normativo de efeitos concretos, o que não encontra fundamento legal.
d) é inerente ao cargo ocupado, tendo em vista que é sempre do Chefe do Executivo, independentemente de previsão legal, a competência para autorizar, revogar ou anular os procedimentos de licitação municipais.
e) pode ser válida no caso de haver previsão, no edital, da competência do chefe do Executivo para análise de recursos dos licitantes contra decisões no âmbito da comissão de licitação.

42) Uma autarquia municipal deu início a um plano de venda de seus imóveis, o que incluía a etapa de avaliação desses ativos pelo seu departamento de engenharia. O engenheiro chefe responsável pelas avaliações retificou as avaliações que lhe foram entregues, imprimindo-lhes uma redução de valor da ordem de 20%. Depois da mudança de valores, restou viabilizada a alienação de dez desses imóveis ao Município, com dispensa de licitação. Na sequência, a Municipalidade alienou referidos bens por valores semelhantes aos das avaliações originais. Com base nessas informações,

a) é possível que a atuação do engenheiro chefe tipifique ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, sendo possível presumir que a conduta deve ter sido remunerada com algum tipo de vantagem.
b) há indícios da prática de ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, em se comprovando que as avaliações feitas pelo engenheiro chefe possuíam impropriedades que as distanciavam do valor de mercado dos bens.
c) deve ser instaurado procedimento disciplinar para apuração da conduta dolosa do engenheiro, esta que, desde que comprovada, assim como o prejuízo ao erário, configurará a tipificação de ato de improbidade, restando prejudicada a responsabilização disciplinar.
d) não se verifica a configuração de hipótese factível de ato de improbidade, na medida em que os bens foram adquiridos pelo ente público que criou a autarquia, de forma que qualquer prejuízo por esta verificado teria sido absorvido pela vantajosidade operada pelo Município, que alienou os bens no mercado pelos valores originais.
e) não é possível responsabilizar o engenheiro chefe, ainda que servidor de autarquia municipal, tendo em vista que o trabalho técnico realizado representa expressão da discricionariedade do agente público, que não pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário.

43) De acordo com a Lei no 8.112/90, o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. Quando o deslocamento NÃO exigir pernoite fora da sede,

a) a diária é devida pela metade.
b) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 20 quilômetros.
c) não é devido o pagamento de diária.
d) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 30 quilômetros.
e) a diária é devida em 70%.

Direito do Trabalho

44) Trata-se de uma hipótese de renúncia INVÁLIDA:

a) Na empresa Fortes & Fortes Indústrias Metalúrgicas Ltda. existem dois regulamentos empresariais em vigor. Ronaldo, empregado da empresa há quinze anos, opta por aderir ao regulamento mais novo, renunciando às regras do sistema do outro.
b) Não havendo previsão contratual ou legal expressa, a opção de Edmundo, funcionário público, pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.
c) Josiel, advogado de larga experiência profissional, é contratado para trabalhar com pessoalidade, subordinação e continuidade no departamento jurídico da empresa Indústrias Pantaneiras S/A, recebendo remuneração mensal fixa, mas se recusa a ser registrado como empregado, afirmando que tem conhecimento suficiente para exercer sua autonomia de vontade, escolhendo o regime jurídico de sua contratação.
d) Augusto, imediatamente após retornar de afastamento médico decorrente de acidente do trabalho sofrido, com a cessação do benefício previdenciário, pede demissão e, perante o sindicato que o representa, assina documento renunciando à estabilidade no emprego de que era detentor.
e) Euzébio, dirigente de sindicato com base territorial em Campinas − SP, solicita ao empregador transferência para Palmas − TO. A solicitação da transferência corresponde, nos termos da lei, a uma renúncia tácita à estabilidade do qual era detentor.

45) No tocante as fontes do Direito do Trabalho considere:

I. As fontes formais traduzem a exteriorização dos fatos por meio da regra jurídica.

II. São fontes formais do Direito do Trabalho as portarias ministeriais e a Constituição Federal brasileira.

III. A sentença normativa e as leis são fontes materiais autônomas.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) III.
e) II.

46) A interrupção e a suspensão do contrato de trabalho promovem efeitos distintos para estes.

Com base no exposto e nos conhecimentos trabalhistas, assinale a alternativa que indica uma causa de suspensão do contrato de trabalho.

a) Afastamento do empregado para cumprimento das exigências do serviço militar.
b) Falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do titular, viva sob a dependência econômica deste.
c) Um dia para a doação voluntária de sangue, devidamente comprovada para cada 12 meses de serviço prestado.
d) Tempo do afastamento do empregado para exercício de mandato político.
e) Afastamento de até três dias consecutivos, em virtude de casamento.

47) Em relação à figura jurídica do empregado, conforme definição legal,

a) pode ser pessoa física ou jurídica, desde que preste seus serviços com natureza eventual, sob a subordinação jurídica do empregador e mediante remuneração.
b) é obrigatório que o empregado exerça seus serviços no estabelecimento do empregador para que possa ser verificado o requisito da subordinação.
c) um dos requisitos essenciais para caracterização da relação de emprego é a exclusividade na prestação dos serviços para determinado empregador.
d) o estagiário que recebe bolsa de estudos em dinheiro do contratante será considerado

empregado.
e) o elemento fundamental que distingue o empregado em relação ao trabalhador autônomo é a subordinação jurídica.

48) Sobre o instituto do aviso prévio previsto na legislação trabalhista,

a) o aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados que contem com até 1 ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 dias por ano prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de 90 dias.
b) o prazo de aviso prévio para os contratos por prazo determinado de 2 anos será de até 60 dias, ou seja, 30 para cada ano completo ou fração superior a seis meses.
c) a falta de aviso prévio por parte do empregado confere ao empregador o direito de descontar a metade dos salários correspondentes ao prazo respectivo.
d) em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa cometida pelo empregador não será devido o aviso prévio.
e) o empregado que cometer falta grave que enseja justa causa para a rescisão durante o prazo de aviso prévio não perderá o direito ao restante do respectivo prazo.

49) Sobre férias:

a) Poderão ser gozadas em até 3 períodos, desde que nenhum deles seja inferior a uma semana.
b) O empregado estudante tem direito a fazer coincidir suas férias com as escolares, independentemente da sua idade.
c) O empregado pode trocá-la, integralmente, por dinheiro.
d) A concessão deve ser avisada pelo empregador ao Ministério do Trabalho e aos empregados envolvidos.
e) É do empregador o direito de escolher o período de concessão, desde que o faça no período concessivo correto, sob pena de ter que remunerá-las em dobro.

50) No tocante ao salário e remuneração, é INCORRETO, afirmar:

a) Não é considerado salário-utilidade o vestuário e os equipamentos fornecidos ao empregado e utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço.
b) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e de função e as comissões pagas pelo empregador
c) Em caso de dano causado pelo empregado por culpa, o desconto salarial será lícito independentemente da anuência do empregado.
d) Quando o pagamento for estipulado por mês, este deverá ser efetuado até o 5° dia útil subsequente ao vencido.
e) O pagamento de salário efetuado em moeda estrangeira, mesmo que acordado entre as partes, é considerado como não feito.

51) Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,

a) a arbitragem é meio de solução dos conflitos individuais de trabalho, desde que realizada pela comissão de conciliação prévia.
b) o acordo na comissão de conciliação prévia inviabiliza o ajuizamento de uma reclamação trabalhista em qualquer circunstância.
c) os conflitos coletivos de trabalho podem ser solucionados pela comissão de conciliação prévia.
d) o Ministério Público do Trabalho deve fiscalizar o trabalho das comissões de conciliação prévia.
e) a comissão de conciliação prévia pode ser instituída no âmbito do sindicato da categoria ou da própria empresa.

Direito Processual do Trabalho

52) São fontes formais do direito processual do trabalho:

a) as leis federais, a Consolidação das Leis do Trabalho, as convenções e os acordos coletivos de trabalho.
b) apenas as leis federais e a Consolidação das Leis do Trabalho.
c) as leis federais, estaduais ou municipais e a Consolidação das Leis do Trabalho.
d) as leis federais, a Consolidação das Leis do Trabalho e os costumes.
e) as leis federais, estaduais ou municipais, a Consolidação das Leis do Trabalho e os

costumes.

53) Carolina foi contratada em Campinas pela empresa Empreendimentos S.A., que promove suas atividades em diversas cidades do território nacional, organizando eventos corporativos. Depois de três anos de prestação de serviços, Carolina foi dispensada sem pagamento de suas verbas resilitórias. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação trabalhista, que:

a) a demanda trabalhista deve ser proposta apenas em Campinas, local da contratação;
b) a lei preconiza que Carolina pode ajuizar ação trabalhista no local que lhe for mais conveniente para dar-lhe acesso à justiça;
c) a reclamação trabalhista deverá ser dividida em tantos quantos forem os locais da prestação de serviços, e cada qual terá a sua fração de competência temporal;
d) a ação trabalhista pode ser ajuizada no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços;
e) Carolina precisa ajuizar ação na localidade em que, majoritariamente, tenha prestado o seu serviço.

54) Sobre o recurso agravo de instrumento no processo do trabalho e juízo de admissibilidade recursal, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento das Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, considere:

I. É imprópria a interposição de agravo de instrumento diante de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas, visto que tal situação não impede a apreciação integral do recurso pela turma do Tribunal Superior do Trabalho.

II. Havendo omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto aos temas nele ventilados, não será cabível a oposição de embargos de declaração diante da decisão denegatória de seguimento da revista, visto que a parte interessada deverá impugná-la mediante agravo de instrumento.

III. Quando o agravo de instrumento possuir a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, no ato de interposição do recurso, o depósito recursal do agravo corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

IV. No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo *ad quem* prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, II e III.
b) III.
c) IV.
d) III e IV.
e) I, II e IV.

55) NÃO compete às Varas do Trabalho:

a) Conciliar e julgar os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado.
b) Processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave.
c) Julgar os embargos de declaração opostos às suas próprias decisões.
d) As ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de- Obra - OGMO decorrentes da relação de trabalho.
e) Julgar as suspeições arguidas contra os seus juízes titulares ou substitutos.

56) Os bens penhorados serão vendidos em leilão

a) mediante pedido do exequente, deferido pelo Juiz da execução.
b) no prazo de 10 (dez) dias depois de realizada a avaliação.
c) se a praça resultar negativa e o exequente não tiver requerido a adjudicação.
d) quando o arrematante deixar de garantir o lance com sinal correspondente a 20% do valor da arrematação.
e) sendo defeso ao exequente requerer sua adjudicação.

57) As audiências trabalhistas são fundamentais ao deslinde da lide, uma vez que trazem ao processo os fatos ocorridos e demonstram a existência dos direitos que devem ser garantidos ao trabalhados.

Em relação ao exposto e ao tema tratado, assinale a alternativa correta

a) Não havendo acordo, o reclamado terá 30 minutos para aduzir a própria defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.
b) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até 15 dias após a audiência.
c) O presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer juiz temporário, interrogará os litigantes e, em seguida, será apresentada a defesa.
d) A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
e) Os litigantes devem permanecer na audiência até o término dela, mesmo após a realização do respectivo interrogatório.

58) No processo do trabalho, os embargos à execução.

a) devem ser apresentados no prazo de 10 dias após a garantia do juízo ou penhora de bens.
b) devem ser apresentados no mesmo prazo do agravo de petição.
c) comportam apenas prova documental.
d) são apreciados após o julgamento da impugnação à sentença de liquidação.
e) não tem natureza recursal

59) Analise as proposições e ao final marque a alternativa correta:

I - Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

II - A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato alegado posteriormente à instrução processual.

III - O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo.

IV - Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

a) Estão corretas apenas as afirmações I, II e IV.
b) Estão corretas apenas as afirmações I, III e IV
c) Estão corretas apenas as afirmações I, II e III.
d) Estão corretas apenas as afirmações II, III e IV.
e) Estão corretas apenas as afirmações II e IV

60) Quanto às provas na Justiça do Trabalho,

a) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente, correndo por conta do juizo as respectivas despesas.
b) exceto no procedimento sumaríssimo e no inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes pode indicar, no mínimo, 3 (três) testemunhas.
c) a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer

das partes, prestará compromisso, mas seu depoimento valerá apenas como simples informação.
d) se a testemunha for funcionário civil ou militar e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
e) o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal e, neste caso, não poderá ser impugnado.

SimuladosBR

Proposta de Redação

"A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL"

A Educação a Distância (EAD) é a modalidade de ensino que mais cresce no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), das 3,3 milhões de matrículas no ensino superior, registradas entre os anos de 2003 e 2013, um terço correspondia a cursos a distância, sendo a maioria na rede privada de ensino. De 49.911 alunos em 2003, o número saltou para 1.153.572, dez anos depois. Desse total, 86% correspondia a instituições particulares de educação superior. Em 2014, segundo dados Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o total de matriculados já ultrapassava a marca de 3,8 milhões.

Segundo o Professor Doutor Luciano Sathler, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e Diretor de EAD da Universidade Metodista, os motivos para essa expansão são diversos, sendo os principais o Decreto Nº 5622, de 2005, que reconhece a EAD como uma modalidade de ensino, e sua consequente regulação pelo MEC, em 2006. […] Para o professor, entre os benefícios oferecidos por essa modalidade estão as mensalidades mais acessíveis, os horários flexíveis e a possibilidade de estudar em qualquer lugar. "Temos um público adulto muito grande, já que a população brasileira está envelhecendo, e eles, geralmente, preferem a educação a distância, pois dá flexibilidade de tempo e espaço, e também de ritmo de estudos", conta Sathler.

Com base na afirmação e na ilustração acima, construa um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se quanto o assunto expresso na notícia.

OBSERVAÇÕES:

1. Seu texto deve ter, obrigatoriamente, de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas.
2. Aborde o tema sem se restringir a casos particulares ou específicos a uma determinada pessoa.
3. Formule uma opinião sobre o assunto e apresente argumentos que defendam seu ponto de vista.
4. Não se esqueça de atribuir um título ao texto.
5. A redação será considerada inválida (grau zero) nos seguintes casos:

a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
c) for assinada fora do local apropriado;
d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
e) estiver em branco;
f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível

Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

SimuladosBR

Gabarito I

01	A	**16**	A	**31**	C	**46**	D
02	C	**17**	B	**32**	B	**47**	E
03	B	**18**	C	**33**	B	**48**	A
04	C	**19**	E	**34**	C	**49**	E
05	E	**20**	E	**35**	E	**50**	C
06	A	**21**	C	**36**	A	**51**	E
07	C	**22**	E	**37**	D	**52**	D
08	B	**23**	A	**38**	D	**53**	D
09	A	**24**	C	**39**	E	**54**	C
10	A	**25**	C	**40**	D	**55**	E
11	B	**26**	E	**41**	E	**56**	C
12	D	**27**	C	**42**	B	**57**	D
13	A	**28**	C	**43**	A	**58**	E
14	C	**29**	A	**44**	C	**59**	B
15	A	**30**	B	**45**	A	**60**	D

SimuladosBR